



EM 2019, AS INTENSIDADES ENERGÉTICAS DA ECONOMIA E DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS CONTINUARAM A DIMINUIR EM CONTEXTO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Em 2019, a utilização interna líquida de energia diminuiu 0,7%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,7%, em termos reais. Consequentemente, a intensidade energética da economia (relação entre a utilização interna de energia e o PIB) diminuiu 3,3% (em 2018 tinha diminuído 6,1%), registando o valor mais baixo da década. O consumo de produtos energéticos pelas famílias aumentou 1,7%, abaixo do crescimento de 3,4% do consumo privado, concorrendo para uma redução de 1,6% da intensidade energética das famílias (relação entre o consumo de produtos energéticos pelas famílias e o consumo privado).

A produção de eletricidade foi obtida através de um “mix” de produtos energéticos menos poluentes, apesar da baixa produção hidroelétrica registada no ano, verificando-se uma forte redução da utilização do carvão (-53,9%) e aumentos do gás natural (+9,1%) e das renováveis não hidroelétricas (+7,1%).

Em 2018 (último ano com informação disponível para a UE), Portugal foi o Estado Membro com a quinta mais baixa intensidade energética da economia e a segunda mais baixa utilização energética pelo setor das famílias, *per capita*.

O INE divulga os principais resultados da Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) para 2019, apresentando ainda dados revistos para o período 2010 a 2018. No Portal do INE, na área de divulgação das [Contas Nacionais \(CN\)](#), é disponibilizada informação mais detalhada.

1. Principais fluxos físicos energéticos na economia nacional

A CFFE compreende três tipos de fluxos físicos de energia: Recursos energéticos naturais (fluxos do ambiente para a economia), Produtos energéticos (fluxos de bens e serviços energéticos resultantes de importações e da atividade económica) e Resíduos energéticos (fluxos resultantes de importações e da atividade económica que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente).

As utilizações energéticas dividem-se em utilizações para transformação em novos fluxos energéticos e para consumo final.

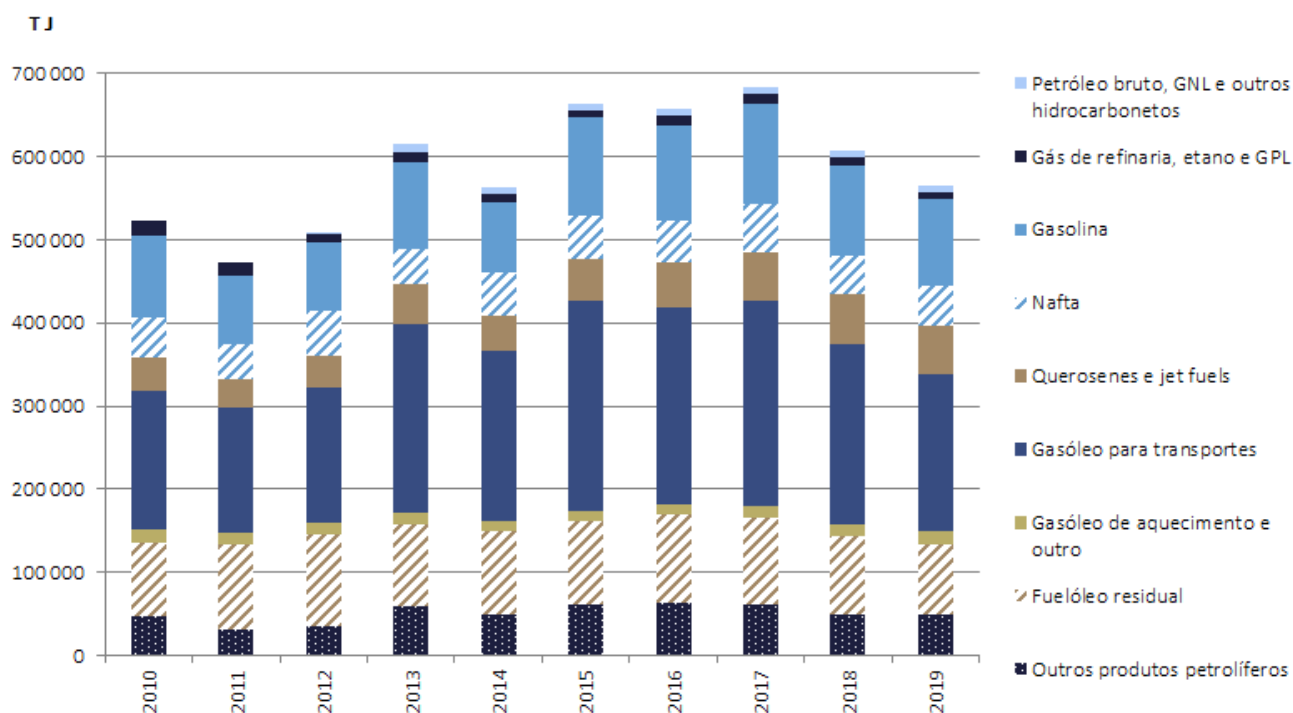
1.1. Fluxos energéticos utilizados na transformação em novos fluxos

As utilizações energéticas na transformação de novos fluxos de energia são essencialmente para a refinação do crude e obtenção de produtos petrolíferos, e para a produção de eletricidade.



Em 2019, as utilizações energéticas na atividade da Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados diminuiu 6,9%, continuando a decrescer após um máximo em 2017. Para esta redução foram determinantes as reduções de produção do gasóleo para transportes (-12,5%) e do fuelóleo residual (-10,4%).

Gráfico 1. Evolução do fornecimento de produtos de petróleo, pelo ramo da Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados



Fonte: INE (Conta de Fluxos Físicos de Energia)

A composição dos fluxos físicos de energia para o ramo da Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio é fortemente condicionada pela pluviosidade e, mais recentemente, também pelo vento, dada a relevância das energias renováveis na produção de eletricidade.

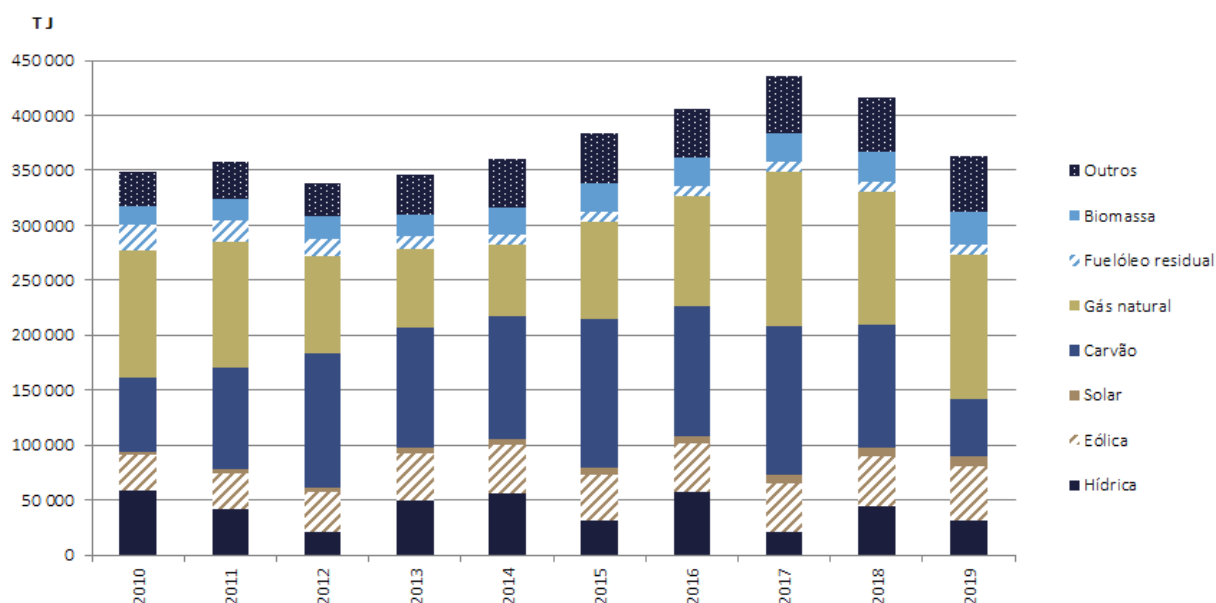
As utilizações energéticas daquele ramo de atividade diminuíram 13,3% em 2019. O decréscimo de 3,2% da produção de energia com origem renovável¹ em 2019 deveu-se, essencialmente, à redução da energia de origem hídrica (-28,9%). Apesar desta diminuição, a percentagem de energias renováveis na produção de eletricidade aumentou 4,1 p.p., em resultado do efeito conjugado da redução significativa da utilização do carvão (-53,9%) e do aumento de outras formas de produção de energia renovável, em particular eólica (+8,3%), madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida e carvão vegetal (+9,2%), solar (+17,1%) e resíduos renováveis (+2,9%). Efetivamente, a diminuição acentuada do preço do gás natural, bem como os custos

¹ Conjunto dos recursos energéticos naturais, produtos energéticos (madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal e biogás) e resíduos energéticos renováveis.



acrescidos suportados pelas centrais a carvão devido ao agravamento da taxa de Imposto sobre produtos petrolíferos e do custo das emissões de dióxido de carbono, fez com que a produção de eletricidade através do consumo de carvão se reduzisse em relação a 2018, tendo o consumo de gás natural aumentado.

Gráfico 2. Utilização de fluxos energéticos no ramo da produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



Quadro 1. Evolução dos fluxos energéticos utilizados na transformação em energia elétrica

Unidade: TJ	Média anual 2010-19	2018	2019	Taxa de variação	
				2019 / Média 2010- 19	2019/2018
RECURSOS ENERGÉTICOS NATURAIS					
Recursos hídricos renováveis	41 076	44 616	31 744	-22,7%	-28,9%
Recursos eólicos renováveis	41 523	45 420	49 201	18,5%	8,3%
Recursos solares renováveis	5 732	7 574	8 865	54,7%	17,1%
Recursos renováveis da biomassa	242	370	360	48,8%	-2,6%
Outros recursos naturais renováveis	13 572	19 376	19 478	43,5%	0,5%
PRODUTOS ENERGÉTICOS					
Carvão	105 658	112 394	51 830	-50,9%	-53,9%
Gás natural (sem biocomponentes)	103 583	120 565	131 553	27,0%	9,1%
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	819	685	645	-21,3%	-6,0%
Fuelóleo residual	12 538	8 562	9 187	-26,7%	7,3%
Gás de refinaria, etano e GPL	828	547	653	-21,1%	19,5%
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	23 801	27 221	29 717	24,9%	9,2%
Biogás	2 688	3 127	3 068	14,1%	-1,9%
RESÍDUOS ENERGÉTICOS					
Resíduos renováveis	6 870	7 712	7 935	15,5%	2,9%
Resíduos não renováveis	4 161	3 923	4 227	1,6%	7,8%
Total	363 091	402 091	348 464	-4,0%	-13,3%
Por memória:					
Origem renovável	135 534	155 458	150 408	11,0%	-3,2%
Origem não renovável	227 556	246 634	198 055	-13,0%	-19,7%

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

1.2. Utilizações de fluxos energéticos para usos finais

Os usos finais de fluxos energéticos são efetuados pelos ramos de atividade económica, na produção de bens e serviços energéticos e não energéticos, e pelo setor das famílias, em consumo final.

Nos ramos de atividade, entre 2018 e 2019:

- a utilização de energia aumentou 0,4%;
- destacam-se os aumentos nas utilizações de Calor (+4,4%) e Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal (+3,9%), verificando-se, em sentido oposto, uma diminuição na utilização de Gás de refinaria, etano e GPL (-5,2%).



Quadro 2. Utilizações finais de fluxos energéticos pelos ramos de atividade

Unidade: TJ	Média anual 2010-19	2018	2019	taxa de variação	
				2019 / Média 2010-19	2019/2018
PRODUTOS ENERGÉTICOS					
Gás natural (sem biocomponentes)	63 016	67 556	67 518	7,1%	-0,1%
Gasolina (sem biocomponentes)	6 968	5 864	5 924	-15,0%	1,0%
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	130 974	127 794	128 603	-1,8%	0,6%
Gás de refinaria, etano e GPL	6 600	7 347	6 966	5,5%	-5,2%
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	46 842	43 190	44 881	-4,2%	3,9%
Biocombustíveis líquidos	8 682	7 806	7 916	-8,8%	1,4%
Eletricidade	144 353	149 129	146 452	1,5%	-1,8%
Calor	37 544	48 731	50 857	35,5%	4,4%
TOTAL	444 978	457 417	459 117	3,2%	0,4%

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

No Setor das famílias, entre 2018 e 2019:

- a utilização de energia aumentou 1,9% (ainda assim, inferior em 1,9% comparativamente à média do decénio 2010-2019);
- destacam-se os aumentos nos biocombustíveis líquidos (+7,8%), gasóleo para transportes (sem biocomponentes) (+5,4%) e gás natural (4,1%).



Quadro 3. Utilizações finais de fluxos energéticos pelo setor das famílias

Unidade: TJ	Média anual 2010-19	2018	2019	taxa de variação	
				2019 / Média 2010-19	2019/2018
PRODUTOS ENERGÉTICOS					
Gás natural (sem biocomponentes)	11 022	11 433	11 900	8,0%	4,1%
Gasolina (sem biocomponentes)	39 100	32 377	32 748	-16,2%	1,1%
Gasóleo para transportes (sem biocomponentes)	48 716	48 542	51 147	5,0%	5,4%
Gás de refinaria, etano e GPL	18 859	16 460	16 297	-13,6%	-1,0%
Madeira, desperdícios de madeira e outra biomassa sólida, carvão vegetal	31 515	31 709	31 859	1,1%	0,5%
Biocombustíveis líquidos	3 566	3 238	3 490	-2,1%	7,8%
Eletricidade	46 582	47 584	47 647	2,3%	0,1%
Calor	1 970	2 446	2 456	24,6%	0,4%
TOTAL	201 331	193 791	197 543	-1,9%	1,9%

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

2. Utilizações energéticas relevantes para as emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera

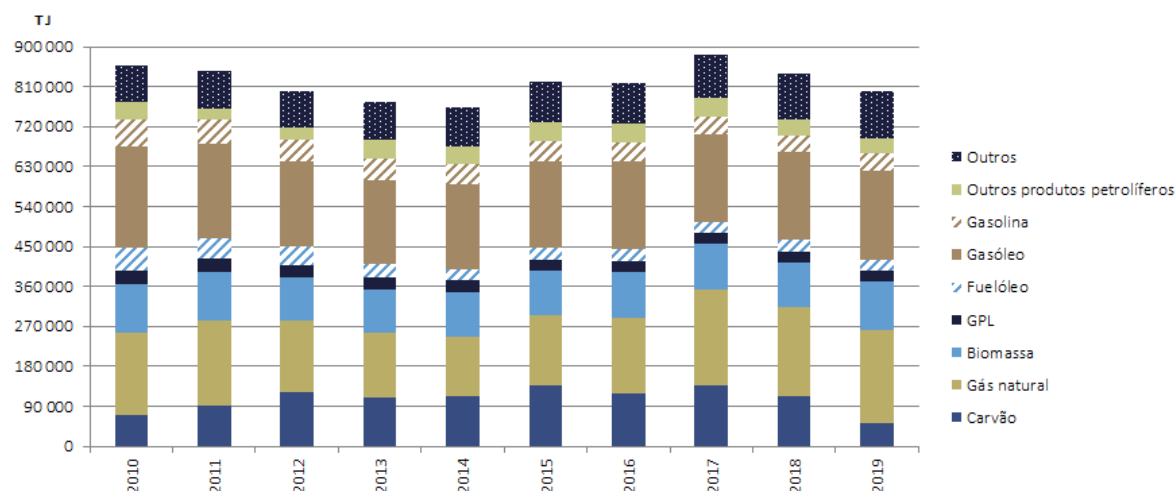
As utilizações energéticas relevantes para as emissões são aquelas que, na sequência da produção e consumo (principalmente nos processos de combustão), originam emissões de gases poluentes e de partículas para a atmosfera.

Em 2019, à semelhança do que sucedeu em toda a década, a Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio e a Construção, comércio, transportes e outros serviços constituíram as atividades com maior peso na estrutura de utilizações energéticas relevantes para as emissões (29,6% e 26,1%, respetivamente). As famílias foram responsáveis por 18,7% (+1,3 p.p. do que em 2018).

No mesmo ano, observou-se a uma diminuição de 4,8% no total destas emissões, face ao ano anterior, mais acentuada do que a da utilização interna líquida de energia (-0,7%), o que evidencia o recurso a fontes de energia menos poluentes.



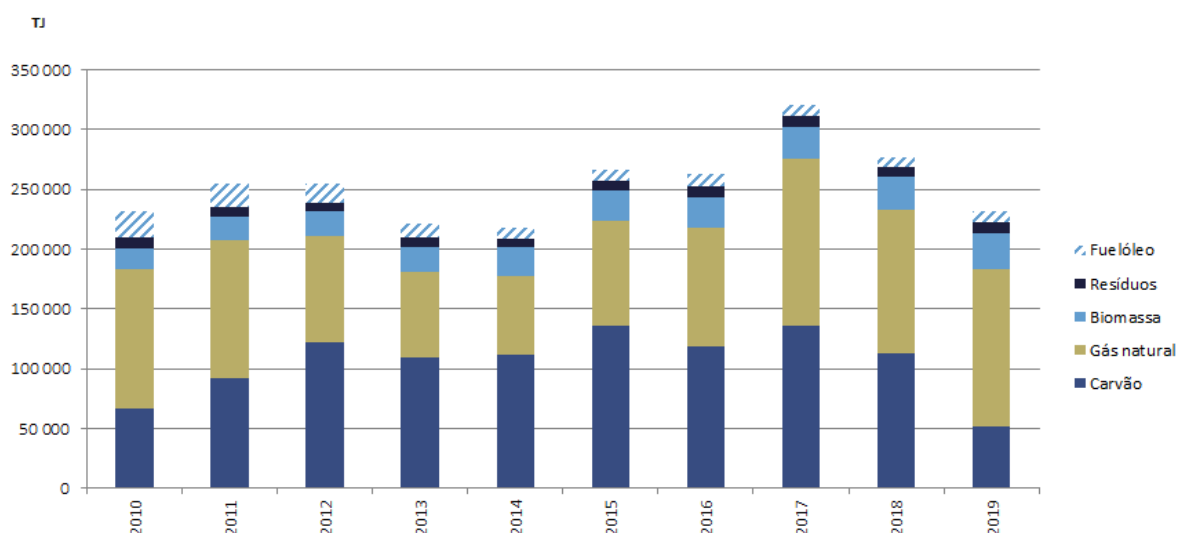
Gráfico 3. Evolução do total das utilizações energéticas relevantes para as emissões



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

Efetivamente, as utilizações energéticas mais relevantes para as emissões associadas à produção e distribuição de eletricidade apresentaram uma diminuição de 16,2%, associada ao já mencionado menor recurso a combustíveis fósseis para a produção de eletricidade (diminuição de 53,9% na utilização de carvão) e ao aumento da produção por fontes renováveis.

Gráfico 4. Utilizações energéticas relevantes para as emissões pela produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D)

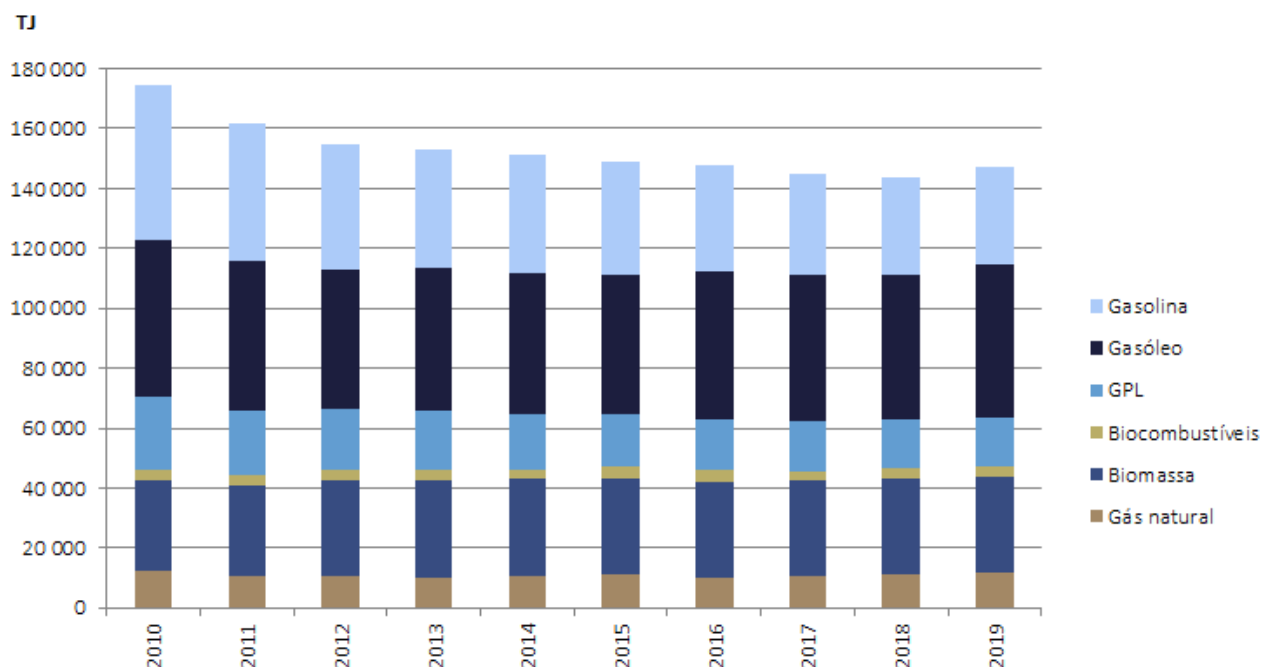


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



As utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias aumentaram 2,6%, interrompendo a tendência descendente observada desde 2010. Esta evolução resulta, em grande parte, do aumento do consumo de gasóleo e gás natural.

Gráfico 5. Utilizações energéticas relevantes para as emissões pelo setor das famílias



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

3. Indicadores

A CFFE permite calcular um conjunto de indicadores chave, físicos, de acompanhamento do setor, apresentados no quadro seguinte (alguns já referenciados anteriormente).

A extração de recursos energéticos naturais (recursos endógenos), embora tenha registado um acréscimo reduzido em 2019 (+0,5%), representa um valor 9,9% superior à média observada na década 2010 a 2019. A utilização de resíduos para fins energéticos aumentou 1,9% face a 2018, traduzindo um acréscimo de 9,1% face à média do decénio.



Quadro 4. Evolução dos indicadores-chave da conta de fluxos físicos de energia

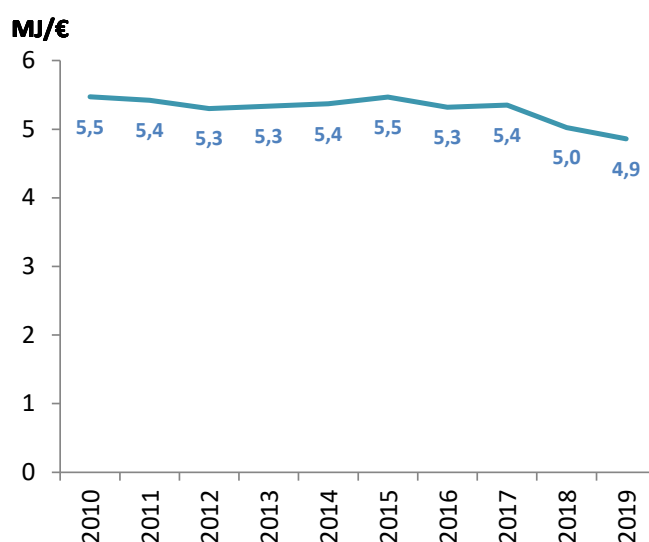
Unidade: TJ	Média anual 2010-19	2018	2019	taxa de variação	
				2019 / Média 2010-19	2019/2018
Extração de recursos energéticos naturais	195 916	214 233	215 281	9,9%	0,5%
Produção interna de produtos energéticos	974 346	1 031 784	974 748	0,0%	-5,5%
Consumo intermédio de produtos energéticos	1 507 058	1 555 088	1 485 184	-1,5%	-4,5%
Consumo de produtos energéticos pelas famílias	204 688	196 706	200 123	-2,2%	1,7%
Utilização de resíduos para fins energéticos	55 483	59 376	60 523	9,1%	1,9%
Utilização interna líquida de energia	993 929	997 459	990 470	-0,3%	-0,7%
Utilização interna líquida de energia para fins energéticos	938 756	967 259	942 096	0,4%	-2,6%
Utilização interna líquida de energia para fins não-energéticos	55 173	30 200	48 374	-12,3%	60,2%
Total de entradas / saídas de energia	2 017 721	2 083 623	2 020 675	0,1%	-3,0%

Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

A CFFE permite ainda conjugar variáveis energéticas físicas com variáveis socioeconómicas e obter indicadores de relação entre a energia, a economia e o ambiente, onde é possível destacar, para 2019:

- a intensidade energética da economia (rácio entre a utilização interna líquida de energia e o PIB a preços constantes) diminuiu 3,3% face a 2018, refletindo a redução de 0,7% da utilização de energia e o crescimento do PIB real em 2,7%, a registando o valor mais baixo da década;

Gráfico 6. Evolução da intensidade energética da economia

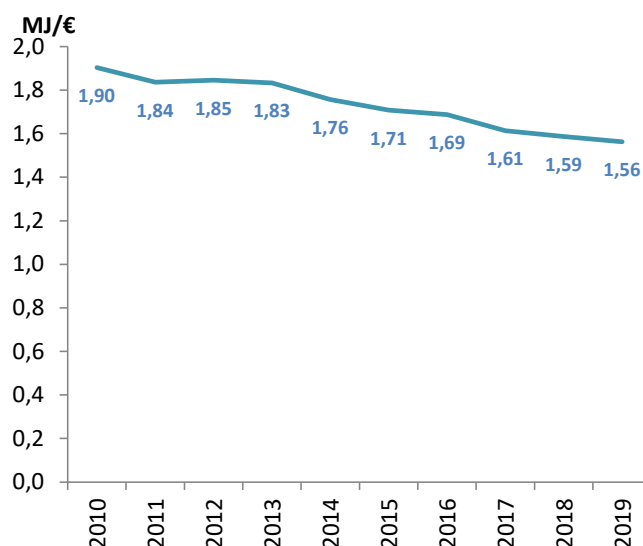


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#); [Contas Nacionais - Quadro A.1.1.6](#)).



- refletindo o aumento do consumo de produtos energéticos pelas famílias (1,7%) abaixo do crescimento do consumo privado (3,4%), a intensidade energética do setor das famílias (rácio entre a utilização interna líquida de energia pelas famílias e o Consumo privado a preços constantes) reduziu-se 1,6%, mantendo a tendência decrescente que se observa desde 2010;

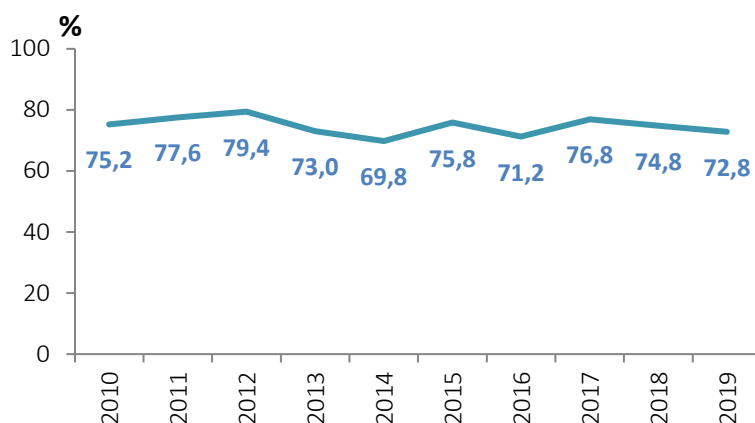
Gráfico 7. Evolução da intensidade energética do setor das famílias



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#); [Contas Nacionais – Quadro A.1.2.1.6](#)).

- a dependência energética (rácio entre as importações líquidas de energia e a utilização interna líquida de energia) diminuiu 2,0 p.p., pelo segundo ano consecutivo, atingindo 72,8%.

Gráfico 8. Evolução da dependência energética

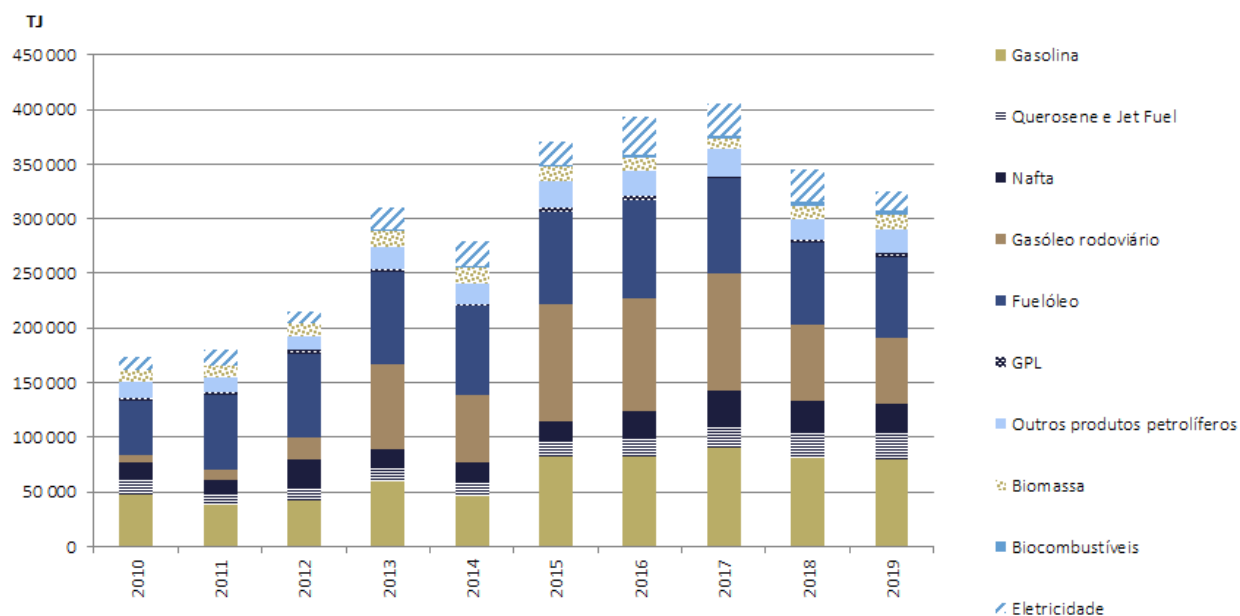


Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))



- As exportações de fluxos energéticos decresceram (-5,8%), pelo segundo ano consecutivo, após uma redução de 15,0% observada no ano anterior. Esta evolução reflete a diminuição das exportações de eletricidade (-43,5%) e de produtos petrolíferos (-3,2%), designadamente gasóleo rodoviário (-11,7%). Destaca-se, no sentido oposto, o aumento das exportações de biomassa (19,3%).

Gráfico 9. Evolução das exportações de fluxos energéticos



Fonte: INE ([Conta de Fluxos Físicos de Energia](#))

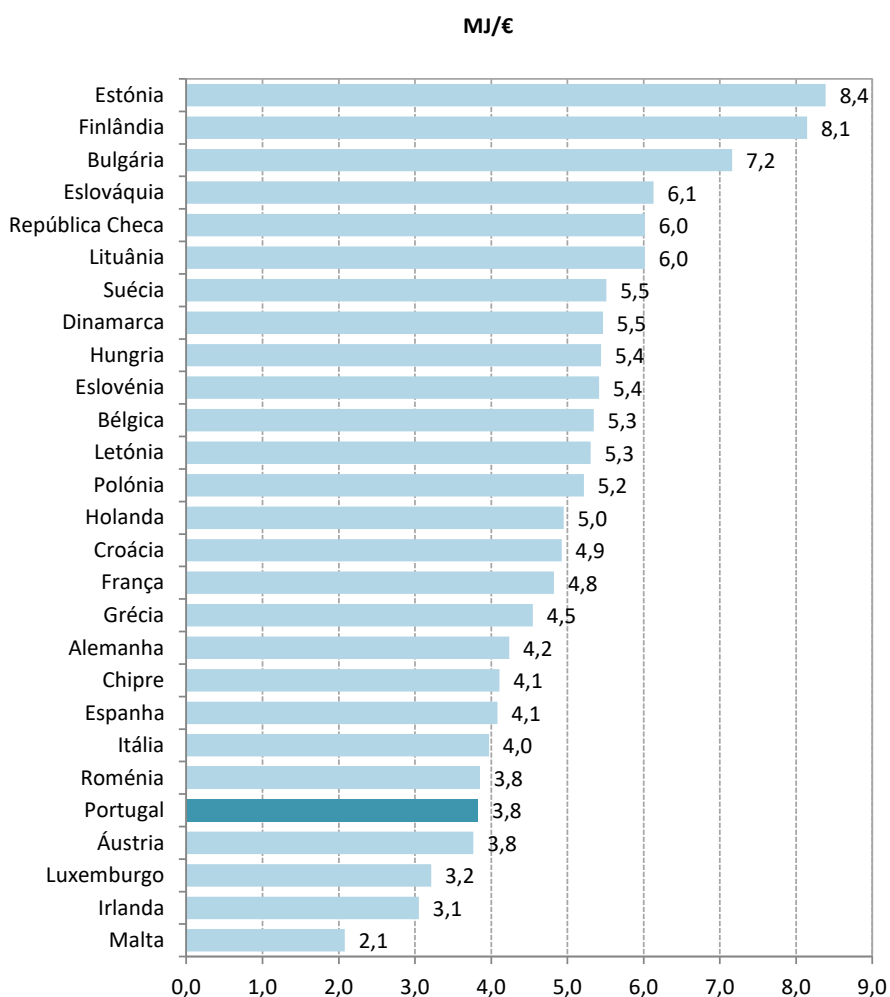
4. Comparações com a União Europeia (UE)

Os indicadores de intensidade energética encontram-se relacionados com a estrutura produtiva, rendimento e fatores climáticos de cada país.



Em 2018 (último ano com informação disponível para a UE), Portugal foi o Estado Membro (EM) com a quinta mais baixa intensidade energética². Esta posição relativa é parcialmente explicável pelo menor peso da indústria transformadora e do ramo energético na economia nacional comparativamente a outros EM.

Gráfico 10. Intensidade energética da economia na UE, em 2018



Fonte: Eurostat ([Purchasing power parities \(PPPs\), price level indices and real expenditures for ESA 2010 aggregates \(prc_ppp_ind\)](#); [Physical energy flow accounts totals bridging to energy balances totals \(env_ac_pefa05\)](#))

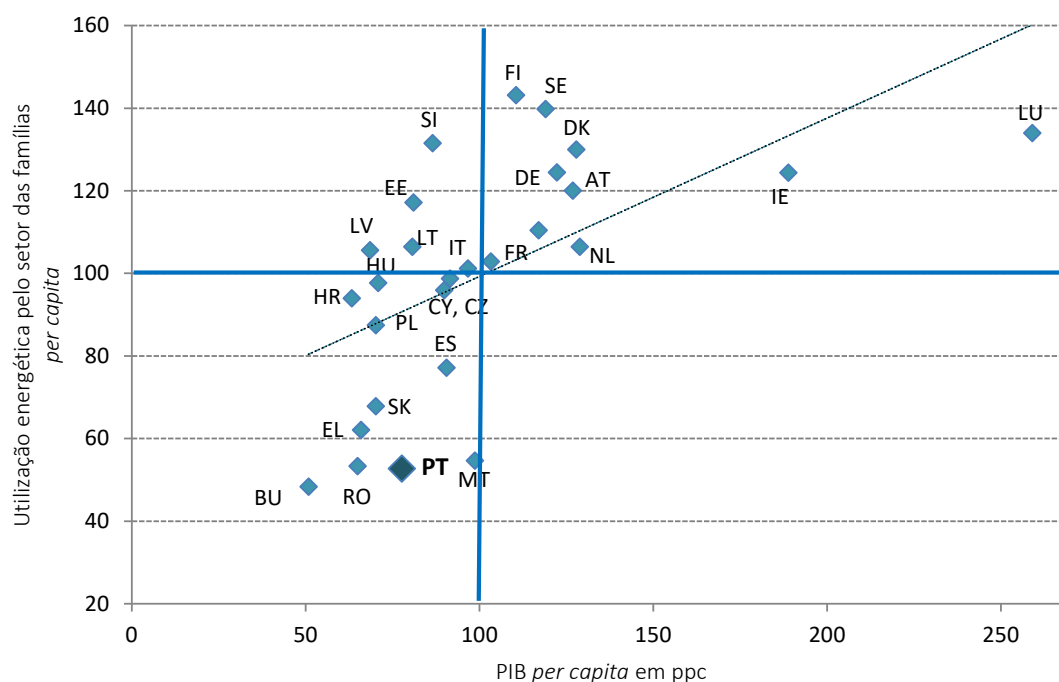
² Para efeitos de comparabilidade internacional, a intensidade energética corresponde à relação entre a utilização interna líquida de energia e o PIB em paridades de poder de compra (ppc).



No mesmo ano, Portugal registou a segunda mais baixa utilização energética do setor das famílias, *per capita*, da UE.

Comparando a utilização energética no setor das famílias *per capita* com o PIB *per capita* em ppc, é possível observar que os países com menor rendimento são também os que registam menor utilização de energia pelo setor das famílias (Bulgária e Roménia). Portugal e Malta, apesar de apresentarem níveis superiores de rendimento, possuem também uma reduzida utilização energética pelo setor das famílias, refletindo o papel do fator climático no consumo de energia pelas mesmas.

Gráfico 11. Relação entre o PIB *per capita* em ppc e a utilização energética pelo setor das famílias, *per capita*, em países da UE27, em 2018 (UE27=100)



Fonte: Eurostat ([Key indicators of physical energy flow accounts by NACE Rev. 2 activity \[env_ac_pefa04\]](#); [Purchasing power adjusted GDP per capita \[SDG_10_10\] - Index \(EU27 = 100\)](#))).



NOTA METODOLÓGICA

A Conta de Fluxos Físicos de Energia (CFFE) integra o Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente (SCEA) das Nações Unidas e é um dos módulos de transmissão obrigatória, a partir de 2017, para cumprimento do Regulamento (UE) N.º 691/2011 e alterações subsequentes pelo Regulamento (UE) Nº 538/2014. As contas do ambiente foram desenvolvidas em interligação com o sistema central das Contas Nacionais (CN), tendo como objetivo obter informação para a relação entre o ambiente e a economia. Constituem um sistema de contas satélite que apresenta informação ambiental num formato compatível com a informação das CN, possibilitando uma análise integrada.

Os dados económicos agregados referem-se aos dados das CN, complementados com informação mais detalhada por ramo de atividade, com as respetivas nomenclaturas associadas, nomeadamente a CAE Rev.3.

O SCEA tem subjacente o reconhecimento de que alguns fluxos que entram na economia provêm do ambiente e que, em consequência da produção, do consumo e da acumulação de produtos, ocorre uma nova gama de fluxos físicos, que podem resultar em materiais e energia que retornam ao ambiente. Estabelece o Quadro Físico de Recursos e Utilizações (QFRU) como referência para todas as contas de fluxos físicos (materiais, água e energia).

A organização do QFRU é semelhante à do Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações (QERU), em fluxos monetários, utilizado na Contabilidade Nacional. A grande diferença consiste na adição da coluna “Ambiente”. Neste caso, pela lei da conservação da massa e da energia, pela contabilização (i) do ambiente enquanto “agente energético”, (ii) dos resíduos energéticos e (iii) da variação líquida de stocks acumulados na economia, verifica-se a igualdade entre recursos e utilizações, de todos os fluxos físicos individuais no sistema.

O conceito de QFRU estabelece um sistema contabilístico que permite o registo completo e consistente dos fluxos físicos: do ambiente para a economia, no âmbito da economia e da economia para o ambiente.

O QFRU apresenta, em linha, os fluxos físicos de energia, agrupados e classificados de modo sugerido pelo SCEA, em grupos de fluxos físicos de três tipos genéricos:

- Recursos energéticos naturais - são fluxos físicos do ambiente para a economia. Constituem todas as entradas físicas deslocadas do meio ambiente (como os recursos minerais energéticos) ou que são diretamente incorporadas nos processos de produção económica (como o sol ou o vento);
- Produtos energéticos - são bens e serviços que resultam de uma atividade económica (produzidos a nível nacional ou importados). O âmbito dos produtos incluídos nas contas de fluxos físicos é normalmente limitado aos produtos com valor monetário. Subdividem-se em produtos energéticos primários (os que são produzidos diretamente a partir da extração ou captura de recursos energéticos do ambiente) e produtos energéticos secundários (resultantes da transformação de produtos energéticos, primários ou secundários, em novos produtos energéticos). Os produtos energéticos podem ser utilizados para fins não energéticos (ex.: produtos petrolíferos utilizados na produção de asfaltos, de lubrificantes ou de plásticos);
- Resíduos energéticos - são fluxos de materiais sólidos, líquidos e gasosos, e de energia, derivados da atividade económica, do consumo final das famílias ou de processos de acumulação, que retornam ao ambiente ou são recuperados do ambiente. Incluem os resíduos renováveis e não renováveis, a libertação



de energia (perdas energéticas) de todo o tipo, (durante a extração, distribuição, armazenagem e transformação, assim como o calor dissipado nas utilizações finais) e a energia incorporada nos produtos de utilização não energética (ex.: plásticos).

Em coluna, o QFRU apresenta cinco categorias de fluxos que indicam as origens (recursos) ou os destinos (utilizações) dos fluxos físicos:

- Produção - subdividida pelas atividades produtivas de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE Rev.3) a um nível de agregação A64;
- Atividades de consumo - divididas em três subclasses de consumo final das famílias (transporte, climatização e outras);
- Acumulação - variações de *stocks* físicos de ativos fixos e de existências de produtos e resíduos energéticos na economia;
- Resto do mundo - regista os fluxos de produtos importados (recursos) e exportados (utilizações);
- Ambiente - fluxos do ambiente e resíduos energéticos recuperados do ambiente, assim como os fluxos de resíduos para o ambiente.

O princípio de residência é uma importante convenção de contabilidade nas CN que necessita, igualmente, de ser retido nas Contas do Ambiente. É importante notar que a CFFE, tal como as CN, segue o princípio de residência, enquanto as estatísticas da energia e a informação de base subjacente seguem o princípio do território. Para compilar a CFFE são necessários ajustamentos que tenham em conta as diferenças entre os princípios de território e de residência, com particular atenção ao abastecimento de fluxos energéticos por residentes fora do território nacional, e por não residentes em território nacional, designadamente para utilização em transportes e nas atividades turísticas.

Os aspetos e explicitações de natureza metodológica indispensáveis à operacionalização e compreensão da compilação da CFFE estão disponíveis nas “*Notas Metodológicas - Conta de Fluxos Físicos de Energia*” no [Portal do INE](#).



REVISÕES

A série disponibilizada incorpora a revisão dos questionários de energia do Eurostat/AIE, fornecidos àquelas entidades pela DGEG, bem como informação relativa à nova base das CN Portuguesas (Base 2016).

Nesta edição foi adotado o modelo da OCDE ([OECD.Stat - Air Transport CO₂ Emissions](#)) como fonte de informação para o ajustamento do princípio de residência no transporte aéreo. Esta opção foi tomada por se considerar uma solução técnica sólida metodologicamente, por permitir dados comparáveis para todos os EM e por seguir orientações do Eurostat.

Adicionalmente foi revista a distribuição da utilização de fluxos energéticos pelas famílias, com a incorporação dos dados do Inquérito ao Consumo de Energia no Setor Doméstico (INE/DGEG).

Deste modo, com a divulgação dos dados referentes a 2019 das CFFE, o INE procede a uma revisão dos dados relativos aos anos anteriores que afetam sobretudo o consumo intermédio de produtos energéticos e, em consequência, a utilização interna líquida de energia. Os impactos dessas revisões nos indicadores-chave mais relevantes das CFFE estão sintetizados no quadro seguinte:

Quadro 5 – Revisões dos indicadores-chave

	2014-2018	2017	2018
Extração de recursos energéticos naturais	-0,1%	0,0%	-0,7%
Produção interna de produtos energéticos	-0,3%	-0,2%	-0,3%
Consumo intermédio de produtos energéticos	2,9%	2,7%	3,0%
Consumo de produtos energéticos pelas famílias	1,9%	0,0%	-0,9%
Utilização de resíduos para fins energéticos	0,3%	0,0%	1,5%
Utilização interna líquida de energia	5,4%	4,8%	4,9%
Total de entradas / saídas de energia	2,4%	2,1%	2,1%



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social



SIGLAS E DESIGNAÇÕES

AIE – Agência Internacional de Energia

CAE Rev. 3 - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3

CFFE - Conta de Fluxos Físicos de Energia

CN - Contas Nacionais

DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia

EM – Estado Membro

GJ - Gigajoule

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

INE – Instituto Nacional Estatística

MJ - Megajoule

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

ppc - paridades de poder de compra

QERU - Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações

QFRU - Quadro Físico de Recursos e Utilizações

SCEA - Sistema de Contas Económicas Europeias do Ambiente

TJ - Terajoule

UE – União Europeia

Data do próximo destaque anual - 21 de novembro de 2022
